

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

*(THE INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISM IN EARLY CHILD EDUCATION:
CHALLENGES IN THE LEARNING PROCESS)*

Camila Gomes Zaranza Cabral¹

Jessyca Maria Cruz Oliveira²

Natália Bezerra de Souza³

Francisco Jahannes dos Santos Rodrigues (Orientador)⁴

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema os desafios no processo de aprendizagem de criança com autismo na educação infantil. Este trabalho tem como objetivo compreender as dificuldades encontradas pelos professores no processo de inclusão de crianças com autismo. E como objetivo específico buscamos identificar quais práticas pedagógicas são realizadas na educação infantil para promover a inclusão da criança com autismo; perceber se a escola oferece condições pedagógicas necessárias para que ocorra a inclusão; verificar se há profissionais especializados que contribuam para o desenvolvimento da criança com autismo. A presente pesquisa é de caráter qualitativo e utilizamos como instrumento metodológico a entrevista estruturada com duas professoras da rede municipal da prefeitura de Fortaleza-CE. Neste trabalho concluímos que o maior desafio enfrentado pelas professoras para conseguir oferecer de fato uma educação inclusiva é um apoio mais amplo e efetivo das instituições escolares nas atividades em sala de aula, a qualificação docente sobre TEA e educação inclusiva, bem como a necessidade de uma postura mais crítico-reflexiva das professoras diante da ação docente na perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: Autismo. Educação Inclusiva. Educação Infantil. Aprendizagem.

ABSTRACT

This research is the result of the completion work of the undergraduate course in Pedagogy at Centro Universitário Ateneu and has as challenges in the learning process of children with autism in early childhood education. This work aims to understand the difficulties encountered by teachers in the process of including children with autism. And as a specific objective we seek to identify which pedagogical practices are carried out in early childhood education to promote the inclusion of children with autism; to perceive if the school offers the necessary pedagogical conditions for inclusion to occur; check if there are specialized professionals who contribute to the development of children with autism. The present research is of a qualitative nature and we used as a methodological instrument the structured interview with two teachers from the municipal network of the city hall of Fortaleza-CE. In this work we conclude that the biggest challenge faced by teachers in order to be able to offer an inclusive education is a

¹ Discente do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: camilazaranza1405@gmail.com

² Discente do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: jessycamariacruz@gmail.com

³ Discente do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Ateneu (UniATENEU). E-mail: nataliabezerra994@gmail.com

⁴ Pedagogo, Doutor em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente do curso de Pedagogia do Centro Universitário UniAteneu. Email: fjahannes@gmail.com

broader and more effective support from school institutions in classroom activities, teacher qualification on TEA and inclusive education, as well as the need for a more critical-reflexive posture of the teachers in face of the teaching action in the inclusive perspective.

Keywords: Autism. Inclusive Education. Child Education. Learning.

1 INTRODUÇÃO

Muito se vem discutindo sobre as crianças que possuem o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a sua participação nas escolas regulares, isso porque a sociedade passou a observar como é necessário falar sobre esse assunto para compreender que o processo de inclusão contribui para o desenvolvimento da criança com autismo. Uma vez que ela passa a ter contato com outras crianças sem deficiência, aprende a conviver em sociedade, além de contribuir para que ela se socialize.

A criança com TEA, assim como as demais, tem suas especificidades na aprendizagem, no desenvolvimento, nas suas habilidades, em seu modo de agir, se expressar, assimilar informações, de entender o mundo de uma forma específica. E os professores devem compreender como funciona o aprendizado de cada criança, ajudando e ensinando para que a mesma obtenha melhores resultados no processo educativo.

A presente pesquisa se justifica com base na necessidade de se tratar sobre a questão da inclusão das crianças com TEA na educação infantil de forma que elas consigam desenvolver suas capacidades e tenham profissionais capacitados para ajudá-las nesse processo. Por outro lado, sentimos a necessidade de tratar esse assunto por nos depararmos com ambientes educativos, como reforço escolar e grupos da igreja, nos quais encontramos crianças com autismo que não possuem uma assistência adequada. Além disso, sabemos que futuramente, como pedagogas, teremos alunos com esse transtorno em sala de aula.

Diante disso, elaboramos a seguinte problematização: quais as dificuldades encontradas para incluir na educação infantil as crianças com autismo? Levantamos como hipótese de que há dificuldades, as quais se devem à falta de preparo dos docentes e de uma equipe especializada que contribua para a inclusão de crianças com autismo no ensino regular.

A partir dessa pesquisa, temos como objetivo geral compreender as dificuldades encontradas pelos professores no processo de inclusão de crianças com autismo. E como objetivo específico buscamos identificar quais práticas pedagógicas são realizadas na educação infantil para promover a inclusão da criança com autismo; perceber se a escola oferece

condições pedagógicas necessárias para que ocorra a inclusão; e verificar se há profissionais preparados para contribuir com o desenvolvimento da criança com autismo.

Esta pesquisa é de grande relevância para nós por nos depararmos diariamente com crianças com autismo que possuem dificuldade na aprendizagem e, como profissionais, queremos estar qualificadas para trabalhar com esses alunos e entender como auxiliá-los e favorecer o seu aprendizado, para isso é necessário um conhecimento aprofundado sobre a temática, portanto decidimos pesquisar sobre o tema para estarmos cada vez mais capacitadas para trabalhar de forma inclusiva em sala de aula.

Além disso, por meio da nossa pesquisa, os professores que serão observados poderão ter um maior entendimento sobre o autismo, de modo que consigam perceber, ainda na educação infantil, traços do espectro naquelas crianças que não possuem o diagnóstico ainda, oportunizando maiores chances de avanços na parte social, intelectual e emocional daquela criança que poderá ter um tratamento precoce. Ademais, poderá contribuir para o aperfeiçoamento das práticas dos professores que serão observados, por servir de material de estudo para os docentes e auxiliá-los a pensar em atividades que incluam as crianças com autismo dentro do ambiente escolar.

Por fim, nossa pesquisa poderá colaborar para a discussão sobre o autismo na educação infantil, uma vez que ampliamos o conhecimento sobre a temática, como forma de conscientização e ensino, e que mostramos a necessidade de fazer acontecer a inclusão ainda nos anos iniciais da criança na escola, na qual muito da personalidade dela será formada. Além disso, podemos levar informações de grande relevância para a sociedade, para o curso de Pedagogia, por contribuir com outros trabalhos por servir de referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conceito de autismo

O autismo é um transtorno que afeta no desenvolvimento neurológico da criança. Não se têm dados oficiais que comprovem de fato o que ocasiona esse transtorno, contudo há fortes evidências científicas de que os genes são responsáveis pelo surgimento dos sintomas do TEA. De acordo com a autora Gaiato (2018, p. 22):

O próprio nome – Transtorno do Espectro Autismo – já nos dá uma ideia de amplitude e variedade. Assim como o espectro da cor é uma decomposição da cor branca, o do

autismo também passa por uma variedade de sintomas nas áreas de comunicação social e de interesses restritos e estereotipados. (GAIATO, 2018, p.22).

Grande parte dos pacientes podem ser diagnosticados com o autismo quando têm entre 1 ano e meio e 3 anos de idade, uma vez que nessa fase os sinais ficam mais claros para serem detectados, principalmente por meio das características peculiares daqueles que possuem o espectro. Dentre as características do autismo, está a dificuldade de se comunicar e interagir com outras pessoas, muitos autistas gostam de ficar isolados em seu mundo particular e, quando algo ameaça esse isolamento, eles ficam aflitos.

As pessoas com esse transtorno também podem apresentar hipersensibilidade sensorial, desenvolvimento motor atrasado, comportamentos repetitivos e memória excelente. O psiquiatra austríaco Leo Kanner (1943), que popularizou o autismo ao publicar o seu estudo sobre “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, foi o pioneiro a fazer a diferenciação entre o autismo de outras síndromes, o autor percebeu que as crianças que chegavam em seu consultório apresentavam diferenças individuais segundo o grau do distúrbio, da manifestação de traços específicos, da constelação da família e do desenvolvimento passo a passo ocorrido ao longo dos anos. E que essas características formam uma única síndrome que antes nunca havia sido mencionada, no caso, o autismo.

Compreende-se que o autismo pode estar dividido em diferentes graus. De acordo com o Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-5, 2014), são eles: nível 1 (exigindo apoio), nível 2 (exigindo apoio substancial) e nível 3 (exigindo apoio muito substancial). O que diferencia cada grau é a gravidade do comprometimento daquela criança, ou seja, até que ponto o autismo interfere na comunicação social e no comportamento da criança, e o quanto ela irá necessitar de suporte para atividades cotidianas.

O nível 1 é quando o indivíduo precisa de menos suporte. Os autistas podem apresentar dificuldades em se comunicar, no entanto isso não limitará a sua interação com outras pessoas se houver apoio para que aconteça essa socialização. Geralmente apresentam problemas para se organizar e fazer planejamentos, o que pode dificultar sua independência. Em muitos dos casos dos pacientes de nível 1, há uma demora a ter o diagnóstico correto, isso porque os sinais não são muito evidentes nesse grau do transtorno.

Já no nível 2 as crianças podem apresentar um grave déficit nas habilidades de comunicação, seja de forma verbal ou não, contudo isso acontece de forma menos intensa do quem tem o nível 3. Apresentam comportamentos repetitivos e restritos de forma frequente,

além de demonstrarem dificuldade em lidar com mudanças. Nesse grau eles precisam de suporte, tanto no aprendizado, como também para interagir socialmente.

As pessoas diagnosticadas com o nível 3 de autismo precisam de bastante suporte por apresentarem déficits na comunicação verbal e não verbal de forma grave. E além de terem dificuldade para interagir com as pessoas, elas também não costumam dar abertura para que as pessoas interajam com elas. Sua capacidade cognitiva é bastante prejudicada, pois preferem ficar isoladas das pessoas, podendo ser muito inflexíveis. Segundo o DSM-5 (2014, p. 52), os autistas de nível 3 apresentam “Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações”.

Ainda de acordo com o DSM-5 (2014, p.57), “O transtorno do espectro autista é diagnosticado quatro vezes mais frequentemente no sexo masculino”. Observamos que o diagnóstico de autismo é muito maior em homens, isso porque o autismo nas pessoas do sexo feminino é mais difícil de ser detectado, uma vez que as características do autismo em mulheres podem ser diferentes, elas tendem a ser menos agressivas e mais quietas, o que acaba por não chamar muita atenção e não despertar grandes preocupações, então, quando uma menina demonstra dificuldade em interagir e se comunicar, é vista pela sociedade apenas como uma pessoa muito tímida. Por conta de o autismo em mulheres ser mais “mascarado”, seja consciente ou inconscientemente, o diagnóstico costuma ser mais tardio, podendo conseguir fechar o diagnóstico apenas na vida adulta quando as responsabilidades aumentam e surgem as cobranças de que o indivíduo saiba se organizar e se planejar sozinho.

Acredita-se que é importante conhecer sobre o transtorno para que a criança com autismo seja compreendida pela sociedade a partir de suas singularidades e para evitar o pensamento capacitista que, infelizmente, ainda é muito enraizado em nossa sociedade.

O capacitismo é a ideia de que as pessoas com deficiência, grupo do qual os autistas fazem parte, são incapazes, podendo se apresentar em dois extremos: seja por meio de todo preconceito, seja discriminação com os PCD's (Pessoas com Deficiência), como o uso de termos que inferiorizam esse grupo, como dizer que alguém “é autista” apenas por ter determinado comportamento. Além disso, ainda se tem o outro extremo, de acreditarem que autistas são pessoas “especiais”, fazendo com que sejam vistos como alguém inocente, que necessita de muito cuidado, que por vezes pode ser excessivo, ou também a supervalorização de uma conquista que um autista venha a ter, como entrar em uma universidade, visto que só

estão impressionados que ele tenha conseguido porque antes havia uma expectativa de fracasso sobre ele.

2.2 A inclusão da criança com autismo na educação infantil

Na antiguidade, grande parte da sociedade tinha a ideia de que as pessoas sem deficiência eram melhores e por isso também que eram consideradas “normais”, diferente das pessoas com deficiência que eram vistas como “anormais”, e por isso acreditava-se que deveriam estar em escolas diferentes, para não atrapalhar os alunos típicos.

Esse olhar diferente que se tinha das pessoas com deficiência foi mudando no decorrer do tempo, contudo, por um longo período, parte da população tinha o pensamento de que os autistas eram incapazes e, apesar de hoje ser mais “sutil”, ainda é muito presente esse pensamento capacitista. Felizmente, a sociedade tem mudado essa forma de pensar gradativamente, começando a ter uma visão mais inclusiva em relação às pessoas com deficiência. Sasaki (1998, p.8) define educação inclusiva como:

O processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (SASSAKI, 1998, p.8).

Observamos que o autor desenvolve um conceito de educação para todos, independentemente de ter deficiência ou não, além de defender que cabe à escola se adaptar para que seja um ambiente acolhedor e com estrutura e profissionais capacitados para contribuir no ensino-aprendizagem de todos os seus alunos, sem distinção. Dessa forma, esses alunos poderão conseguir desenvolver uma formação integral, através de um processo inclusivo, em que o professor irá variar as metodologias, levando em consideração as aptidões e dificuldades de seus alunos.

Reforçando esse pensamento, a Declaração de Salamanca (1994, p. 6-7) afirma que: “é imperativo que haja mudança na perspectiva social, pois, por tempo já demasiado longo, as pessoas com deficiência têm sido marcadas por uma sociedade incapacitante que acentua mais os seus limites do que as suas potencialidades”.

Compreende-se que a sociedade precisa melhorar em vários aspectos sociais, inclusive quando se trata de pessoas com deficiência, uma vez que algumas pessoas ainda têm um

pensamento muito limitado de que um indivíduo com deficiência não tem capacidade para estudar, aprender, trabalhar, casar, ter filhos. Esse pensamento se dá principalmente pela falta de conhecimento prévio que muitas pessoas não têm e, por conta, disso acabam excluindo os autistas, assim, não trabalhando o processo de inclusão, respeito e igualdade.

Essa falta de conhecimento afeta, em especial, a escola, que era pra ser um local seguro, no qual todos se sentissem incluídos, portanto cabe à escola, ainda na primeira etapa da educação básica, trabalhar a inclusão em sala de aula para que a nova geração já compreenda que há diferenças entre as pessoas e seja uma geração mais respeitosa e inclusiva.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, no seu Art. 29, conceitua a educação infantil como sendo a “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Sendo assim, entende-se que é o período no qual a criança está em fase de desenvolvimento nos seus primeiros anos de vida, e vai formando o seu caráter, aprende suas primeiras palavras, é uma fase de brincadeiras, de desenvolvimento de habilidades e conhecimentos e também é quando a criança aprende a socializar com o meio em que vive, ou seja, é na primeira infância que a criança descobre o mundo e tudo que está ao seu redor.

Além disso, a educação infantil tem um papel essencial na inclusão, pois, nos anos iniciais da criança, é que já se deve ser observado o comportamento social dela e a forma como ela está se desenvolvendo, para que sejam percebidas precocemente possíveis características de autismo, a fim de que os pais possam agir na busca de tratamento para o aluno ter melhor desenvolvimento e aprendizado, caso tenha o transtorno. Dessa forma, será mais eficaz, para que os docentes consigam planejar a melhor forma de ensinar e trabalhar com pontos específicos de dificuldades e interesses dos alunos, melhorando o seu rendimento e aprendizado em sala de aula, e fora da escola também.

Ademais, acredita-se que a educação infantil é uma das fases mais importante da vida, por oferecer maiores oportunidades de as crianças adquirirem conhecimentos, visto que o seu cérebro ainda está em fase de desenvolvimento, absorvendo muitas informações, portanto a criança precisa de muitos estímulos. Vale ressaltar que elas aprendem brincando e que é de suma importância receber estímulos e aprendizados através de brincadeiras, e de forma lúdica. Ressalta a Kishimoto (2010, p.1) que:

Para a criança, o brincar é a atividade principal do dia-a-dia. É importante porque dá a ela o poder de tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua

individualidade e identidade por meio de diferentes linguagens, de usar o corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar. Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens. Mas é no plano da imaginação que o brincar se destaca pela mobilização dos significados. Enfim, sua importância se relaciona com a cultura da infância, que coloca a brincadeira como ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver. (KISHIMOTO, 2010, p. 1).

Portanto, devido à educação infantil ser uma fase em que será desenvolvido o lúdico, o brincar é de grande importância para o desenvolvimento da criança, e o professor deve usar dessa ferramenta para promover a inclusão das crianças com autismo, trazendo-as para perto das demais, desenvolvendo a interação social, o desenvolvimento da fala e de outras dificuldades que a criança apresente.

2.3 O papel da escola no processo de inclusão de crianças com autismo

A escola é um ambiente muito rico para todas as crianças, em especial para aquelas com autismo, uma vez que favorece a socialização e é um dos únicos ambientes no qual os autistas podem ter uma grande quantidade de colegas na mesma faixa etária de idade. Além disso, a escola é um ambiente de muita estimulação, seja esta social, motora, sensorial, seja pedagógica, dentre outros estímulos que acontecem principalmente na escola.

Sendo assim, as instituições exercem um papel muito importante de incluir todos sem distinção. Concordamos com Mantoan (2003, p. 30) quando diz que “incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras”.

Compreende-se que, para haver uma sociedade sem preconceitos, é necessário que se inicie na escola o processo de inclusão, acolhendo todos sem distinção e capacitando profissionais para contribuir com o desenvolvimento de seus alunos. Além disso, o ambiente escolar deve oferecer uma educação que ensine os alunos a respeitar as diferenças. Em vista disso, concordamos com Cunha quando afirma que:

Ainda há profissionais que acreditam que a presença dos alunos com deficiência quebrará a rotina da escola. Por isso, temos que pensar em uma inclusão que afaste o pensamento de fracasso, assumindo posturas de novos ensinamentos e novas aprendizagens. Isso consiste em uma renovação da escola. (CUNHA, 2015, p.71).

Entende-se que todos podem aprender, inclusive as crianças com autismo, essa é uma característica que está inerente no ser humano, sendo assim cabe à escola se modificar para que contribua para esse aprendizado, oferecendo um espaço escolar adequado, além de ser indispensável o preparo dos docentes. Em vista disso, Cunha (2015) fala sobre a importância do professor nesse processo de inclusão, uma vez que ele possui uma função social muito grande, ele é quem irá ter um contato maior com as crianças e, por isso, precisa ser valorizado, formado e capacitado, para que dessa forma esteja motivado e preparado para contribuir na transformação da educação e da sociedade.

Em virtude do que foi mencionado, o professor deve ser capaz de usar metodologias para que a criança com autismo seja incluída na escola. Para tanto, é preciso que o professor leve em consideração o interesse da criança em favor do aprendizado, pois assim conquistará com maior facilidade a atenção daquele aluno, tornando o ensino mais prazeroso e divertido.

Além disso, o professor pode adaptar os materiais para que facilite para o aluno com autismo entender a atividade proposta, pois quanto mais simples e diretos forem os comandos, mais o aluno irá conseguir compreender o que deve ser feito. Na sala de aula, o professor pode deixar o aluno sentado próximo a ele, pois assim conseguirá observar se o estudante está conseguindo acompanhar a aula e, com isso, ele poderá agir de imediato para atrair a atenção do aluno para o que está sendo ensinado quando o mesmo se distrair com algo em sua volta.

Dessa forma, ao usar essas metodologias na sala de aula, será possível conquistar melhores resultados na aprendizagem dos alunos com autismo, proporcionando a inclusão ao invés de apenas integrá-los. Contudo, para que os professores consigam incluir de fato, faz-se necessária uma formação adequada, diante disso concordamos com Lima (2002, p.40) quando afirma que:

A formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma queixa geral de estudantes de pedagogia, de licenciatura e dos professores com o discurso de que não fui preparado para lidar com crianças com deficiência. (2002, p. 40).

Ora, as leis obrigam que essas crianças sejam matriculadas na escola regular, por isso é preciso haver a preparação dos professores para que aconteça de forma eficaz a inclusão e o aprendizado das crianças com deficiência. Não basta apenas aceitar a matrícula, essas crianças precisam ter uma formação integral, e, para que ela aconteça, é necessário insistência do professor em envolver os alunos atípicos em sala de aula, desenvolvendo a fala e a interação social dessas crianças.

Acredita-se que é indispensável que, desde a formação inicial, já seja ensinado aos futuros professores sobre práticas inclusivas, para que cheguem na sala de aula sabendo como trabalhar com as crianças com deficiência. Seguindo essa ideia, concorda-se com Mittler (2003, p. 16) quando diz que:

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas [...] diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças [...] e não apenas àquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais. (MITTLER, 2003, p. 16).

Infelizmente, na prática a inclusão nem sempre é possível, as salas muitas vezes são lotadas, o que dificulta um ensino mais especializado. Por vezes, falta apoio pedagógico, materiais e investimentos, e em muitos casos o professor precisa lidar com a não aceitação dos pais, o que influencia bastante no aprendizado do aluno, uma vez que o trabalho pedagógico com esses alunos não demanda somente o conhecimento sobre síndromes, deficiências e limites, mas também o conhecimento específico sobre a necessidade de cada aluno. Para que se possa trabalhar de forma adequada, a fim de beneficiar a integração de alunos com deficiência no processo de ensino-aprendizagem, é preciso que o professor e a escola promovam um espaço de inclusão.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem de acordo com seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.

O professor necessita ter conhecimento para que a aprendizagem da criança com deficiência seja eficaz, por isso é importante a mudança de suas condutas, pois toda criança está apta a adquirir conhecimento, basta um olhar reflexivo para quais habilidades a criança abrange, assim é viável focar em suas aptidões. Ele tem como principal desafio construir e pôr em prática uma pedagogia capaz de acolher e incluir as demandas de quaisquer alunos, seja o aluno com uma característica pessoal de aprendizagem típicas ou com determinada deficiência. Para este propósito, é fundamental que o professor rompa obstáculos saindo da pedagogia tradicional e passe a ser motivado a ver as particularidades de cada aluno.

A luta a favor da inclusão tem sido crescente, a sociedade tem despertado para esse assunto e percebido a crueldade que é a exclusão dos deficientes na sociedade. Apesar de as mudanças estarem crescendo, esse processo ainda é lento.

2.4 Inclusão escolar em formato de lei

Em 1994, o Brasil passa por uma nova fase, trazendo melhorias para a Educação Especial. Promovido pelo Governo da Espanha, em parceria com a UNESCO, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais traz um documento com mudanças de grande importância para a inclusão, chamado “Declaração de Salamanca”, o qual tem o objetivo de nortear o educador com formas de aplicar a inclusão com mais eficácia, de qualidade e acesso a todos. A Declaração de Salamanca (1994, p.17-18) declara que:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Declaração de Salamanca, 1994, p.17-18).

Posto isso, percebe-se que, após um grande período de exclusão, afastamento da sociedade e discriminação, essa declaração vem trazer um novo rumo para a Educação Especial, mostrando que todas as pessoas devem ser respeitadas e ter uma educação de qualidade. Com isso, outras leis foram sendo criadas com o objetivo assegurar o direito à educação, o respeito e fazendo com que o aluno permaneça na escola e realmente tenha um melhor aprendizado. Dentre as leis que foram criadas, a LDB reforça a inclusão em seu Art. 59º quando afirma que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; (BRASIL, 1996)

Sendo assim, nota-se que a lei determina que as escolas, preferencialmente de ensino regular, devem se adaptar para que sejam incluídas as pessoas atípicas, tomando atitudes como a de mudar a forma de ensinar, como também contratando profissionais qualificados para contribuir com a inclusão desses educandos na escola, visando que as suas necessidades educacionais sejam atendidas, desta forma contribuindo para uma educação mais igualitária no Brasil.

Percebe-se que a luta do autismo continua crescendo e com isso mais leis vêm surgindo a fim de garantir os direitos das pessoas com autismo. Em 27 de dezembro de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.764, conhecida como a “Lei do Autismo” que tem como objetivo

instituir a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Acredita-se que a lei do autismo é essencial, uma vez que tem como objetivo garantir direitos especificamente para as pessoas dentro do espectro, além de agora levar em consideração que as pessoas com autismo também possuem uma deficiência, assim sendo incluídas nas leis específicas das pessoas com deficiência, como no Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, Art. 3º, que determina que é direito da pessoa com deficiência ter:

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas; (BRASIL, 2015)

Compreende-se que agora é direito também do autista ter acesso a tecnologia assistiva, que pode ser usada para que os autistas se tornem mais autônomos no dia a dia, assim precisarão de menos suporte e poderão desenvolver a sua independência, além de favorecer a inclusão deles em sala de aula, por disporem de ajuda técnica que facilitam o processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, podemos entender que se faz necessário um profissional que auxilie o aluno com deficiência em sala de aula, pois muitas vezes as salas de aula possuem uma quantidade de alunos excessiva. Somente um professor não consegue oferecer sempre a assistência necessária para o aluno, por isso o profissional de apoio escolar é muito importante para ajudar o aluno com autismo quando ele apresentar alguma dificuldade em compreender ou fazer alguma atividade e o professor não possa auxiliar naquele momento.

No Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, diz que é dever do Estado, referente a educação, garantir que tenha um sistema educacional inclusivo e gratuito em todos os níveis, também afirma que o Estado deve adotar medidas de apoio individualizado e efetivo, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena, além disso o Estado deve incluir pessoas com deficiências no sistema educacional geral (BRASIL, 2011).

Em face do exposto, podemos notar que há diversas leis que tornam obrigatória a inclusão de pessoas com autismo nas escolas regulares. Tais leis também apontam medidas que

servem como apoio no processo de ensino-aprendizado dos autistas, contribuindo assim para o melhor desenvolvimento deles na escola.

3 METODOLOGIA

Fizemos uma pesquisa do tipo exploratória, de natureza qualitativa, que, de acordo com Gil (2002, p.41), busca proporcionar maior familiaridade com o problema, visando torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Creswell (2010, p. 43) define a abordagem qualitativa como sendo “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”.

Usamos como procedimento a pesquisa bibliográfica e o estudo de campo. Segundo Gil (2008, p. 50), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Ainda segundo o mesmo autor (2008, p.57), o estudo de campo busca por um aprofundamento de uma determinada realidade. Esse estudo é realizado principalmente por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e por meio de entrevistas com pessoas do grupo como forma de extrair explicações e interpretações sobre aquela realidade.

A pesquisa foi feita em uma escola pública de grande porte, localizada no bairro Jóquei Clube, na cidade de Fortaleza, do estado do Ceará. Escolhemos essa escola por ter um grande número de alunos com autismo em relação a outras escolas pesquisadas e por ter um projeto para a inclusão dessas crianças na educação infantil, no qual os alunos com TEA têm um acompanhamento educacional especializado para auxiliá-los na escola.

Foram investigadas duas professoras da educação infantil que tinham o maior número de alunos com autismo, uma vez que essas profissionais é que estão em contato direto com as crianças com TEA na sala de aula.

Fizemos uma observação assistemática da aula e consultamos o plano de aula do professor da educação infantil para que possamos compreender quais práticas pedagógicas são realizadas pelo professor na sala de aula e se a ideia da inclusão já está inserida no plano de aula do professor. Segundo Marconi e Lakatos (1992, p. 192), a técnica da observação não estruturada ou assistemática, também denominada espontânea, informal, ordinária, simples, livre, ocasional e acidental, consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas. É mais

empregada em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle previamente elaborados.

Realizamos como coleta de dados, a entrevista estruturada que, para Manzini (1991, p. 154), “é constituída de perguntas fechadas. Essas perguntas são apresentadas ao entrevistado sempre na mesma ordem e nos mesmos termos. Tem como característica um tom interrogativo”. Para o autor, esse tipo de entrevista segue toda uma organização que foi preparada previamente.

4 ANÁLISE DE DADOS

No processo de análise dos dados coletados, usaremos nomes fictícios para diferenciar a fala das professoras, com o intuito de preservar suas identidades.

Visando compreender como é o cotidiano das professoras, iniciamos a nossa entrevista realizando a seguinte pergunta: Quais os métodos que você utiliza em sua prática pedagógica na educação infantil? Obtivemos as seguintes respostas:

A Prefeitura de Fortaleza e os documentos são elaborados por eles adotam o método construtivista, e a gente faz formação em cima disso durante o ano inteiro. Fazemos diversas formações pra trabalharmos práticas construtivistas. É óbvio que em alguns momentos a gente se pega, de repente, trabalhando alguma atividade mais tradicional, e a gente tenta não se ater a isso. Mas óbvio que em alguns momentos também a gente acaba caindo no erro de trabalhar algumas atividades mais tradicionais. Mas assim, no geral o método que a gente utiliza é o construtivista, e cada vez a gente tem tentado menos usar atividades prontas, pelo menos eu, né. Tento cada vez mais fazer vivências e momentos em que eles possam construir o conhecimento junto comigo, possam participar da vivência e não apenas colorir um papel que já vem pré-pronto ou algo do tipo. (Professora Ana)

Nós utilizamos muitas atividades e vivências lúdicas. Temos uma proposta pedagógica da prefeitura que é bem baseada no construtivismo. Então utilizamos muitas rodas de conversa, as fichas dos nomes deles, partes do nome, rodas de leitura, brincadeiras ao ar livre. A escola é grande e tem área verde, então a gente sempre está propondo essa movimentação e a brincadeira, porque é o que norteia a proposta pedagógica da prefeitura, que é a interação e a brincadeira, então sempre a nossa metodologia está voltada para as brincadeiras e a interação entre eles. (Professora Maria)

Nota-se que ambas as professoras destacaram que suas práticas pedagógicas são baseadas na sugestão metodológica que a rede de ensino propõe, no caso a Prefeitura de Fortaleza, sendo essa metodologia baseada no construtivismo.

Na metodologia construtivista, o aluno é visto como o protagonista no processo de ensino-aprendizagem e o professor deve ser um mediador desse processo. Nesse método o “[...] conhecimento se dá por um processo de interação radical entre o sujeito e o objeto, entre o indivíduo e a sociedade, entre o organismo e o meio.” (BECKER, 2001, p. 36). Sendo assim, a

criança aprende a partir da exploração do meio em que vive, através da interação com o outro e das brincadeiras. Desta forma, a criança consegue desenvolver a autonomia, o raciocínio e o senso crítico, passando a ser um sujeito ativo da sua aprendizagem.

Percebe-se que, durante a fala da professora Maria, ela cita como são os procedimentos construtivistas que usam na escola quando ela traz os elementos lúdicos, de interação, de roda de conversa, de brincadeiras; todos esses elementos deixam claro que de fato elas buscam, dentro do seu cotidiano, propor uma metodologia construtivista da educação.

Observamos, a partir da fala das professoras, que, apesar de haver uma exigência de que seja trabalhado o método construtivista, a rede também oferece uma formação para qualificar os professores, muito embora, percebe-se pela resposta da professora Ana que muitas professoras ainda não realizam por completo essa metodologia na escola, pois em alguns momentos acabam fazendo atividades mais tradicionais, por mais que reconheçam que não é o método mais adequado.

O método tradicional é muito mais cômodo para o professor, já que nele o educador é o centro do processo de ensino. De acordo com Freire (2021), o educador é visto como aquele que educa, que sabe, que pensa, que diz a palavra, que disciplina, já o educando é aquele que é educado, que não sabe, que são pensados, que escutam, que são disciplinados. Sendo assim eles são apenas passivos do processo de aprendizagem, eles não têm voz e não têm vez, apenas devem seguir aquilo que o professor diz sem questionar, dessa forma é muito mais fácil para o professor optar por uma atividade mais tradicional em algum momento, por mais que não seja o mais adequado.

Na busca de entendermos o quanto as professoras sabem sobre o transtorno, fizemos a seguinte pergunta: O que você entende sobre o Transtorno do Espectro Autista?

Com relação ao autismo, eu não tenho especialização na área. A minha especialização é na área de gestão e coordenação escolar, então assim, o que a gente viu sobre autismo e sobre outros transtornos diversos foi durante a graduação mesmo, em uma única matéria, então o que eu fui aprendendo sobre isso foi na prática, no dia a dia. [...] no início inclusive eu tinha uma visão errada do que era o autismo, eu achava que era uma doença, então eu fui estudar, fui ler um pouco mais sobre isso, pra compreender um pouco mais, porque era uma situação que me angustiava bastante, as vezes eu ficava sem saber o que fazer com essas crianças, sem saber como lidar, muitas vezes eles têm comportamentos repetitivos. Os meus alunos, a maioria dos que eu tive autista, tinha dificuldade de fala e isso dificultava bastante, e assim, eu tive que ir atrás sozinha para estudar um pouco mais, infelizmente eu acho que a nossa formação nessa área, pela própria prefeitura também, é muito falha, a gente não tem formação específica nessa temática, eu acho que seria bem importante, mas infelizmente a gente não tem, o que a gente tem é a prática mesmo e o que a gente mesmo buscar fora em outros materiais para estudar. (Professora Ana)

Quanto mais o tempo passa, mais crianças dentro do Espectro Autista a gente tem, então o que eu entendo, pelo que já li, é que não se entende porque essas crianças são autistas, não se tem uma decisão, então é tudo muito novo, mesmo para a ciência. Então o que eu entendo é que são crianças que pensam diferente, são crianças introspectivas, geralmente, e tudo acontece mais ali no mundo delas, são crianças especiais no sentido de que elas veem o mundo de maneira diferente, a socialização delas é diferente, então a gente nota que a maneira delas de ver o mundo é diferente, e é tudo muito específico e não são iguais. Nós temos vários autistas na escola e cada um é diferente do outro, algumas coisas se assemelham, como a ecolalia, vários apresentam essa característica de não olhar nos olhos, de não gostar de muito abraço, alguns gostam, outros não, mas assim como todo mundo, cada um tem sua maneira de ser, suas características. (Professora Maria)

Podemos observar que a professora Ana demonstrou bastante dificuldade em conceituar o transtorno, justificando que isso se dá devido à falta de formação teórica sobre o assunto, grande parte do conhecimento que ela tem é devido à prática em sala de aula. “Como professores, necessitamos tanto do conhecimento que adquirimos em razão do exercício da prática docente como das diversas teorias pedagógicas que dão suporte ao nosso trabalho” (CUNHA, 2018, p. 49). Com base nisso, nota-se que há a necessidade de se ter um diálogo entre teoria e prática, para que dessa forma o professor tenha uma boa base para saber como melhor estimular os alunos com autismo.

Sendo assim, é preciso que haja um conhecimento mais aprofundado sobre o autismo, para que não corra o risco de não se conseguir identificar corretamente características do transtorno numa criança, dificultando assim que ela venha a ter um diagnóstico precoce e, conseqüentemente, os estímulos adequados para que se desenvolva melhor.

A partir da fala da professora Maria, percebe-se que ela já fez leituras sobre a temática e já trouxe alguns conceitos, como o entendimento de que é um espectro e que cada criança tem suas próprias características. “O professor não tem por ofício o diagnóstico, mas a avaliação e o ensino. Para tal, precisa identificar os transtornos conhecendo seus sintomas para traçar estratégias educacionais.” (CUNHA, 2018, p. 9). Esse entendimento sobre o transtorno é importante para que o professor saiba fazer os estímulos necessários no aluno, tanto na parte afetiva, social, cognitiva, como na de linguagem e comunicação, além de contribuir na formulação de atividades e ações pedagógicas que favoreçam a aprendizagem das crianças com TEA.

Na terceira pergunta, questionamos “Como facilitar a aprendizagem da criança com TEA?”

Quanto a questão de vivência, de aprendizagem, assim, desde o início que eu comecei a trabalhar na rede e comecei a trabalhar com crianças autistas, no caso, eu não faço diferenciação de atividade, “então essa atividade é para os meus alunos que não são

autistas e essa atividade é para o meu aluno autista”, eu não faço, eles fazem as mesmas vivências, as mesmas brincadeiras que as outras crianças, é claro que de acordo com as possibilidades dele, eu vou explicar de uma forma diferente, eu vou tentar realizar de uma forma diferente, no tempo deles, no dia que a criança está mais irritada e não quer participar, então eu deixo ali, deixo ele no cantinho dele, fazer o que ele quer, não quer participar, mas depois eu tento trazer ele para a vivência também, mas sempre sem diferenciar essa criança, colocar atividade diferente, eu não trabalho dessa forma.

Por outro lado, um aluno meu autista do ano passado, que esse ano ele também está na creche, mas ele agora não é mais meu aluno, ele é do quatro, uma das coisas que eu percebi é que ele estava com um desenvolvimento muito além do que as minhas outras crianças, ele fala, ele conhece o alfabeto completo, ele conhece o alfabeto em inglês, ele conhece os números até duzentos, ele escreve os números até duzentos, ele já lê, ele fala o nome de todos os animais em inglês, os números em inglês, as cores em inglês, e aí assim, eu percebia que algumas vivências que eu trabalhava, eu trabalhava com todas as crianças uma vivência única, então eu trabalhava com ele também, só que eu percebia que ele não se interessava, porque pra ele aquela vivência era bobinha, eu fazia uma vivência de cores com as crianças e para ele aquilo era bobo, porque o conhecimento dele estava muito além, e aí eu comecei a me questionar se eu deveria fazer uma atividade diferenciada para ele, de um nível mais elevado, porque aquilo ali pra ele não é interessante porque ele já sabe tudo aquilo, aí eu sempre tinha essa angústia e ainda tenho, eu fico na dúvida, eu faço uma atividade diferenciada pra ele, com um nível mais elevado, ou uma vivência mais elevada, porque essa outra aqui talvez seja muito boba, e aí ele não se interesse, não queira participar porque ele ache que é muito bobinha, mas no geral eu tento não diferenciar, tento fazer o mesmo tipo de vivência, mesmo tipo de atividade para todas as crianças. (Professora Ana)

Está muito difícil pelo menos dentro da prefeitura a gente não consegue as coisas muitas vezes porque as salas estão lotadas de crianças e com muitas crianças especiais. No meu caso eu não tenho [uma] auxiliar, não tenho apoio pedagógico, sou só eu na sala de aula com vinte crianças e eu tenho algumas crianças em investigação e outras já tem laudo, mas muitas vezes eu não consigo acessar, não consigo chegar pois muitas vezes elas se agitam, querem sair da sala, não interessa aquilo que está sendo proposto, mas a gente bate com o currículo, tem que passar aquilo para elas e a gente fica tentando equilibrar. O que podemos usar é muitos jogos, muita ludicidade, mas mesmo assim a gente ainda não consegue porque pelo menos os que tenho em sala fogem da sala, não tem muita atenção, concentração e então eu não consigo muita coisa na aprendizagem curricular, mas que são crianças muito inteligentes. Eu tenho uma criança autista que já escreve, já lê também em inglês então é algo que a gente pensa, poxa ele não se concentra, ele não para então como aprendeu isso? Como funciona a cabecinha dessa criança? Então muito do que a gente tenta passar na sala de aula de ele não se concentra muito, mas de alguma maneira nas suas vivências eles têm muita aprendizagem sim, são crianças bem inteligentes, expertas. A dificuldade é muito de chegar nessas crianças, eles são muito calados, introspectivos, no mundo deles, não se expressam oralmente e isso dificulta ter um retorno do que está sendo aprendido, de como está vivendo aquilo que é proposto. (Professora Maria)

Percebe-se que a professora Ana não realiza atividades adaptadas para as crianças autistas, eles fazem as mesmas atividades que as demais, participam das mesmas vivências. A professora não possui um segundo plano para sugerir quando a criança não quer participar das mesmas vivências que as demais, dessa forma deixa a criança fazer o que quer dentro da sala, conforme já comentava Gaiato:

Quando temos a oportunidade de observar crianças com autismo na escola, percebemos que elas participam pouco das brincadeiras com os coleguinhas, das

atividades que a professora ensina e dos comandos coletivos dados ao longo do dia. Muitas vezes vemos nossos pequenos isolados no canto da sala, usando objetos disfuncionais ou fora das rodas de atividades (GAIATO, 2018, p. 117).

A partir disso, observamos que a professora não possui outros recursos para auxiliar no desenvolvimento dessas crianças, deixando-as livres quando não querem participar. Conseqüentemente, é necessário que a professora possua outros planos e estratégias para que a criança participe da aula e tenha interação com as demais, ajudando assim positivamente em seu processo de ensino e aprendizagem.

Com fundamento na fala da professora Maria, percebe-se que ela tem dificuldades em abordar determinadas atividades pelo fato da superlotação dentro de sala, fazendo com que em alguns momentos as crianças com autismo fiquem dispersos por conta do barulho, e não aceitam participar das atividades em sala. Com base na pesquisa de campo, esse relato é verídico, algumas crianças choram ao entrar na sala e preferem ficar passeando nos arredores da escola. Além de haver muitas crianças com algum tipo de transtorno ou deficiência, a professora não tem nenhuma ajuda, como apoio pedagógico, auxiliares de sala, o que dificulta ainda mais a sua didática com as crianças. “A criança com autismo tem capacidade de aprender, porém o faz de maneira diferente. Entender as dificuldades que cada criança traz consigo e ensiná-la que pode fazer uma diferença incrível na vida de uma criança com autismo”. (GAIATO, 2018, P. 118). Com base nisso, observa-se que a professora não conta com uma rede de apoio que possa auxiliar no desenvolvimento cognitivo e emocional dessas crianças. A mesma afirma que existem crianças com avanços mais significativos na aprendizagem do que outras.

Com isso, é importante o olhar crítico da professora para perceber quais os pontos fortes e fracos da criança, observar quais são suas habilidades e usar isso ao seu favor, sua postura didática e se possível adaptar atividades para que a criança tenha interesse em participar, ajudando dessa forma em sua aprendizagem e socialização.

Em seguida, o nosso quarto questionamento foi o seguinte: “A partir da sua formação, como você se sente frente a turmas que tem crianças com TEA?”

No início foi muito difícil, quando eu comecei a pegar turmas com crianças autistas eu ficava desesperada, e eu não sabia como agir, porque assim, a minha formação era muito rasa nesse sentido, então assim, eu me sentia perdida, eu me sentia angustiada, eu não sabia, eu vou trabalhar atividade diferenciada ou não vou, eu deixo ele a vontade para participar do que ele quiser ou não, fico convidando, e eram muitas angústias, e assim, isso foi diminuindo com o tempo, com a experiência que a gente vai adquirindo, com a formação, com o material que a gente vai lendo, a gente vai percebendo que dá para trabalhar com essas crianças da mesma forma que trabalhamos com as outras, é claro que tem umas especificidades, tem dias que eles estão mais agitados, estão chateados, não querem participar de nada e aí choram bastante, se irritam, não querem participar de nenhuma vivência, mas isso não é uma

rotina. [...] eu gostaria de fazer uma especialização ou algo do tipo na área, aprender um pouco mais, porque eu acho que é extremamente importante, a tendência é, com o passar dos anos, a gente possa ter cada vez mais crianças, no início eu tinha uma criança autista, foi aumentando, agora eu tenho quatro em uma turma, então assim eu gostaria realmente de me aprofundar mais nessa área, eu acho que é importante, eu não me sinto totalmente preparada para trabalhar com crianças autistas, eu ainda tenho um pouco de dificuldade, eu acho que precisaria estudar um pouco mais. (Professora Ana)

Eu tive uma falha durante a faculdade. Eu terminei pedagogia na UFC e muito pouco foi visto sobre isso. Eu nem lembro, sinceramente, e se tinham disciplinas assim naquela época, eram disciplinas optativas, não estava na grade obrigatória do currículo. Na época que eu fiz pedagogia não estava, não sei como está hoje, mas foi bem falha a formação nesse sentido. Os cursos que tenho e as coisas que aprendi foram na prática, foram coisas que eu mesma fui buscar, tenho cursos que eu paguei. Eu estou na prefeitura desde 2010 e eu não tive ainda uma formação nesse sentido, sobre crianças especiais. Existiram formações para pessoas que trabalham com crianças especiais, têm as pessoas que trabalham no AEE na prefeitura e elas tem esse tipo de formação, estou me lembrando de uma vez um seminário da prefeitura que falou sobre isso, mas peca muito, tem muita falha nesse sentido, inclusive esse ano foi recorde nas formações que a gente já teve esse ano, foi recorde de professores questionando isso porque depois da pandemia, não sabemos se tem algo a ver, mas muitas crianças autistas, muitas crianças dentro do espectro com TEA, e é algo geral nas escolas da prefeitura e aí está se pensando. (Professora Maria)

Nota-se na fala da professora Ana que, quando começaram a chegar crianças com autismo na escola, ela sentiu dificuldades, principalmente por não ter formação nessa área, cada criança com seu jeito único e com suas especificidades, não querendo participar de determinadas atividades, algumas crianças tinham inflexibilidades, dificultando sua interação com outras crianças e com o meio em que vive. Então, a professora foi aprendendo através de experiências e vivências com as crianças. “Os professores contribuem com seus saberes, seus valores, suas experiências, nessa complexa tarefa de melhorar a qualidade social da escolarização”. (OLIVEIRA, 2011, p. 10). Percebe-se que ainda falta uma formação continuada para que ela consiga se desenvolver melhor com as crianças e se aprofundar no assunto.

A partir da fala da professora Maria, observa-se que ela já buscou conhecimento introdutório do assunto, mesmo sendo por conta própria, mas percebe-se que ainda há algumas dificuldades em lidar com as crianças. Durante sua formação acadêmica e no ambiente de trabalho, não se discute muito sobre o tema, sendo essa uma das dificuldades dos docentes: a falta de preparo para lidar e compreender como funciona o aprendizado dessas crianças. Entendendo que a democratização do ensino passa pelos professores, por sua formação, por sua valorização profissional e por suas condições de trabalho, “pesquisadores têm apontado para a importância do investimento no seu desenvolvimento profissional, que envolve formação inicial e continuada, articulada a um processo de valorização identitária e profissional dos professores”. (OLIVEIRA, 2011, p. 11). A partir disso, percebe-se que há a necessidade de se

obter novos conhecimentos a respeito do tema para enriquecer seu currículo e melhorar sua didática em sala de aula, tornando-se um professor reflexivo.

Percebe-se, a partir das falas das professoras, que ainda há dificuldades sobre o tema, como podem melhorar em sala de aula e fazer com que as crianças participem e vivenciem as práticas em sala. É de suma importância a formação continuada para os docentes, pois isso ajuda no seu desenvolvimento profissional e em como enfrentar a sala de aula, sabendo como trabalhar com as crianças com autismo e buscando melhorias para o desenvolvimento da criança.

A fim de compreender se a escola oferece condições pedagógicas para que ocorra a inclusão, perguntamos para as professoras: Quais as condições oferecidas pela escola para a promoção de uma educação inclusiva?

Não diria a escola em si, diria a rede, a Escola Municipal. Na minha visão são oferecidas poucas condições para trabalhar. Já evoluiu bastante, quando estagiei na prefeitura nessa mesma escola durante a graduação estava começando essa ideia de inclusão e na sala de aula que eu ficava tinha uma criança que era deficiente, não lembro o que ele tinha, mas a vó assistia aula com ele todos os dias, a aula inteira, porque era necessário, hoje em dia não tem mais isso. A rede não oferece cuidadores para as crianças da educação infantil, geralmente é só o professor e a assistente de sala, isso para quem tem, quem não tem, é somente o professor. Fora isso, temos a sala de AEE que é um recurso muito bacana, a professora é muito interessada, sempre tenta nos ajudar, mas é uma única pessoa para atender o CEI, a escola e o anexo, é muita criança e ela não consegue dar um suporte total. Então, o que a gente tem na escola é só o professor, talvez um assistente. Nesse ponto a escola, a rede municipal, a prefeitura, é muito falha. (Professora Ana)

É uma briga com a prefeitura justamente por essa falta de condições, a gente precisa de pessoas, de cuidadores, pois são muitas crianças. Na minha sala de infantil três temos alguns com laudo, e muitos que a gente sabe que tem alguma coisa e que a gente nota características de crianças autistas, mas que não tem laudo, os pais não tem condições de pagar particular, então teria que ter essa parceria entre escola e saúde, porque elas precisam de um laudo. A gente sabe que aquela criança tem “necessidades especiais”, precisa de um cuidador e não tem, as salas lotadas, as condições oferecidas são precárias, não temos muitos jogos, brinquedos defasados e não temos um apoio de pessoal. Eu acho que ajudaria muito o apoio de pessoas, porque são crianças que muitas vezes se agitam, elas se desorganizam, se jogam no chão, podem até se machucar e muitas vezes tem uma professora só na sala pra dar conta de tudo isso. É uma falha da prefeitura também, precisa-se pensar mais nessas condições, já que quer promover uma educação inclusiva. Não temos salas especializadas, não temos outros ambientes para que essas crianças possam estar ali manipulando brinquedos e jogos, não tem. (Professora Maria)

Percebe-se no relato de ambas as professoras que há uma falha na rede municipal em não oferecer uma auxiliar de sala para as docentes, uma vez que essas profissionais dariam um suporte e poderia acompanhar as crianças que necessitam de um maior apoio em sala. Com isso, o trabalho docente acaba se tornando mais desafiador, o que dificulta, principalmente, colocar a inclusão em prática, levando em consideração que são muitas crianças às quais a

professora precisa dar atenção e não é sempre que é possível oferecer o suporte necessário para os alunos com TEA.

Ponderando, a Lei Brasileira de Inclusão já instituiu, em seu Art. 3º, que os estudantes com alguma deficiência comprovada através de laudo médico têm direito a três tipos de apoio, entre eles o profissional de apoio escolar, que, de acordo com a lei mencionada, é a pessoa que “exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas”.

Em determinado momento, a professora Ana demonstra certa indignação por causa da falta de assistência da prefeitura, uma vez que se fala muito em promover a inclusão, mas na prática não há suporte da prefeitura em ajudar efetivamente em sala para que isso ocorra. Segundo Mantoan (2003, p.31),

Infelizmente, não estamos caminhando decisivamente na direção da inclusão, seja por falta de políticas públicas de educação apontadas para estes novos rumos, seja por outros motivos menos abrangentes, mas relevantes, como pressões corporativas, ignorância dos pais, acomodação dos professores. (MANTOAN, 2003, p.31)

Sabemos que a realidade em sala de aula sem apoio é muito desgastante. Para que o professor consiga promover atividades adaptadas para essas crianças, trazê-las para perto das outras, conseguir propor atividades que atraia a sua atenção e ajudá-las em seu momento de desorganização, é preciso um suporte que muitas vezes um ou dois auxiliares dentro de sala juntamente do professor conseguiriam suprir. Para isso, seria interessante o envolvimento de todos e mais investimento dos órgãos públicos também para que a inclusão nessas escolas fosse melhor.

Objetivando entender quais as dificuldades enfrentadas pelas professoras no exercício do seu trabalho, questionamos: Quais os desafios docentes no processo de ensino-aprendizagem das crianças com TEA?

Como já citei anteriormente, acho que os dois maiores problemas para nós enquanto professoras trabalharmos com essas crianças autistas e com outras necessidades, primeiro é a formação, acho que a nossa formação na graduação é muito superficial, o que a gente vê sobre a inclusão fica muito na teoria, acho que precisaria ter uma formação muito melhor nessa área. Segundo é a falta de recursos para trabalhar com crianças autistas, porque como já disse, na educação infantil não temos acesso a cuidadores e tem crianças que necessitam de um cuidado, e o professor sozinho “se vira”, e muitas vezes o que conseguimos fazer é pelo menos garantir que essa criança não se machuque, consiga terminar o dia sem se machucar e sem machucar o colega. Então isso me deixa angustiada porque as vezes a gente tem uma dúvida, um problema

em sala e não tem a quem recorrer. Na escola eu brigo muito em relação a isso, porque as vezes eu percebo que uma criança mudou muito aí vou conversar com a família. Por exemplo, conversando com a avó do meu aluno autista descobri que ele tem plano de saúde, mas a mãe não estava levando a nenhuma terapia e ele estava muito difícil em sala e eu pedi por várias vezes para a coordenação, para várias pessoas, chamarem a mãe e conversar, para dizer que é importante levar a criança para fazer as terapias e isso simplesmente foram se passando semanas e semanas e nada disso foi feito e isso me deixava muito irritada porque eu só queria que conversassem com a família. Então muitas vezes a gente também não tem apoio e isso dificulta bastante. Mas eu penso diferente de alguns colegas que acham que as crianças autistas, por exemplo, deveriam estudar em uma escola diferente e eu sou totalmente contra, não defendo isso. Eu acredito que eles têm que estar lá sim, tem que estar dentro da escola normal, tem que estar na escola pública, tem que estar na sala de aula, mas precisamos de ajuda e de apoio, de formação, de recursos, de outras pessoas para nos ajudar dentro de sala, de uma cuidadora, de um outro suporte, porque sozinho a gente não consegue. É muito difícil e isso acaba adoecendo o professor, porque ele não sabe lidar e não tem a quem recorrer, não tem ajuda, é muito difícil. (Professora Ana)

Os desafios são muitos, acho que começa tentando talvez mudar o próprio currículo, porque como que a gente pode chegar nas crianças que tem TEA? A gente promove brincadeiras, vivências lúdicas, mas muitas vezes a gente não consegue chegar nessa criança, chamar a atenção dela. Eu tenho um aluno que tem autismo e ele não se comunica, não se concentra, não fica em sala, muitas vezes estamos fazendo vivências fora da sala de aula, vivências externas, no pátio, junto a natureza e ele não socializa. Então acho que um dos grandes desafios também é essa socialização, isso dificulta principalmente quando você trabalha através da interação e pelas brincadeiras, que é a proposta pedagógica da prefeitura. Eles não querem muitas vezes estar ali com as outras crianças, querem estar no mundo deles, da maneira deles. Então o desafio é chegar e trabalhar no ensino-aprendizagem com essas crianças que são peculiares, elas são introspectivas, é realmente um desafio como chegar nessas crianças e saber se estão aprendendo, ter esse retorno, muitas vezes não tem o retorno deles. [...] o desafio é também respeitar esse momento dessas crianças, elas têm ali o seu momento, eles têm a hora deles e tem que ter esse cuidado para eles não se desorganizarem e aí tem que ver quando essa desorganização começa, porque é bem peculiar de cada um, é um desafio chegar nessas crianças. (Professora Maria)

Nota-se que, quando perguntado a respeito dos desafios, a professora Ana fala que a formação docente não prepara para a prática, que sua formação foi muito fraca e com isso sente muitas dificuldades em sala. Mantoan (2003, p. 42) cita que:

O argumento mais frequente dos professores, quando resistem à inclusão, é não estarem ou não terem sido preparados para esse trabalho. [...] Eles esperam uma preparação para ensinar os alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem e problemas de indisciplina, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquemas de trabalho pedagógico predefinidos às suas salas de aula, garantindo-lhes a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas ditas inclusivas. Grande parte desses profissionais concebe a formação como sendo mais um curso de extensão, de especialização, com uma terminalidade e um certificado que convalida a capacidade de ser um professor inclusivo. (MANTOAN, 2003, p.42)

Podemos notar que muitas vezes os professores acabam tornando-se dependentes dos órgãos que deveriam fazer algo para melhorar e ficam esperando que algo seja feito, que venha uma formação que diga exatamente o que devem fazer, com isso acabam caindo na zona de

conforto. Não buscam ser um professor pesquisador-reflexivo que procure por estratégias, cursos, livros ou outros materiais de estudo, para que consiga alcançar essas crianças e entender de que forma elas aprendem e como contribuir nesse processo de ensino de forma efetiva.

A professora Ana também relata que um dos desafios é a falta de suporte da escola, que acaba negligenciando ajuda aos professores em alguns momentos. Essa negligência torna ainda mais desafiador o trabalho docente. Entende-se que a escola não pode obrigar os pais a levar a criança a seus acompanhamentos terapêuticos, porém também não pode ser negligente em não conversar e mostrar os impactos que a falta de um acompanhamento tem trazido para essa criança. Acredita-se que é papel da escola ser essa rede de apoio, o professor tem que exercer seu papel, mas se a escola não exerce o seu, fica contraproducente para o professor conseguir elaborar uma aula e ajudar no aprendizado dessa criança.

Já a professora Maria, em muitos momentos, demonstrou uma contraditoriedade nas suas falas. Ela diz que o aluno não dá nenhum retorno, mas logo em seguida também fala que sabe que o aluno tem determinado conhecimento, tanto de letras, quanto de números, que sabe ler e sabe inglês. Além disso, a professora fala que o aluno só demonstra o que sabe quando acontece de forma espontânea e não quando solicitado. Contudo, durante a observação que fizemos da aula dela, tivemos a oportunidade de conhecer o aluno a quem ela se refere e o mesmo lia frases quando nós solicitávamos, quando apontávamos para uma cor e perguntávamos como era o nome dessa cor em inglês, ele respondia imediatamente, ao perguntarmos sobre os números ele também respondia. Então nessa questão ela demonstrou muita contradição e ideias confusas. Acredita-se que isso se dá pelo conhecimento da professora a respeito da inclusão e do autismo, o que faz com que ela não consiga elaborar uma ideia para falar sobre o assunto de forma clara e segura. Sobre isso, assim Minetto se expressa:

A estabilidade é algo que buscamos frequentemente, pois ela nos dá segurança. Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. É comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causam muita desestabilidade e resistência. (MINETTO, 2008, p.17)

A partir disso, entende-se que sair da zona de conforto e da posição de expectador causa medo e estranheza. Tornar-se protagonista da sua própria sala de aula é um grande desafio. Se a prefeitura, como várias vezes foi citada, não fez e não faz muito para mudar a atual situação, então que sejam os professores os agentes dessa mudança, buscando por estratégias, métodos e recursos que tornem a inclusão possível.

Essas mudanças não acontecem como um “passe de mágica”, é preciso muita dedicação e força de vontade para mudar a realidade da educação brasileira e isso começa a partir da mudança de pensamento e atitude do professor, que deve sair do papel de vítima da negligência do governo e assumir uma posição de protagonista da mudança.

Entende-se que o professor precisa sim do apoio de todos, incluindo governo, escola, professores, família, porém não se pode apenas esperar que alguém faça algo para mudar a situação. É um trabalho árduo e que exige muita perseverança, estudo, dedicação e amor, mas que é possível de ser feito e é preciso que o professor também faça o seu papel de buscar cada dia mais aprender para que consiga ajudar todos os seus alunos. Afinal, eles são os que mais saem prejudicados diante dessa situação. Por isso, faz-se necessário perder esse medo do novo e buscar conhecer e promover de fato a inclusão, independentemente da falta de investimento dos órgãos públicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos objetivos expostos nesse trabalho, conclui-se que a maior dificuldade enfrentada pelos professores para conseguir oferecer de fato uma educação inclusiva é a falta de apoio dentro de sala de aula. A Prefeitura de Fortaleza não disponibiliza profissionais suficientes para auxiliarem diariamente os professores em sala de aula e também não há cursos de formação continuada voltados especificamente para o autismo e práticas inclusivas. Ademais, nota-se que a gestão também não oferece o apoio necessário para o professor, uma vez que negligenciam as queixas dos docentes e não fazem a ligação entre escola-família-professor.

Além disso, percebe-se que a escola possui apenas um profissional realmente qualificado para trabalhar a inclusão, que é a professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas a mesma precisa atender a todos os alunos da escola sozinha e, por conta disso, infelizmente não consegue dar o suporte necessário para todas as crianças. Quanto aos professores, alguns não têm postura crítico-reflexiva, uma vez que demonstraram acomodação e uma fragilidade no compromisso em buscar se informar e se qualificar para atuar com as crianças com autismo, dessa forma eles não têm preparo o suficiente para saber formular práticas pedagógicas inclusivas.

Durante nossa pesquisa, enfrentamos um grande desafio durante a escrita do artigo, pois não entendíamos como deveria ser feito e tínhamos muitas angústias quanto a isso, por vezes achamos que não conseguiríamos, contudo sempre nos apoiamos e nos incentivamos.

Aproveitamos as habilidades de cada uma de nós para aprendermos umas com as outras e dessa forma fomos amadurecendo nossa escrita e assim superamos esse desafio.

No decorrer da nossa pesquisa, percebemos que nosso trabalho poderá ser um auxílio para futuras pesquisas, servindo como um documento norteador para quem quiser aprender sobre a inclusão de crianças com autismo. Ademais, essa pesquisa nos fez refletir sobre a importância do profissional do AEE e isso nos dá subsídios para que em futuras pesquisas possamos aprofundar esse tópico, pois consideramos que esse profissional tem um papel de muita relevância na luta pela inclusão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Hévelin Caroline Melo de. A eficácia da Lei nº 12.764/12, que resguarda os direitos dos portadores do Transtorno do Espectro Autista, no que tange a inclusão em escolas de ensino regular. **Revista Âmbito Jurídico**, 1 de outubro de 2020. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/a-eficacia-da-lei-no-12-764-12-que-resguarda-os-direitos-dos-portadores-do-transtorno-do-espectro-autista-no-que-tange-a-inclusao-em-escolas-de-ensino-regular>. Acesso em 24 out. 2021.

AMERICAN Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtorno: DSM-5**. 5 ed. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BECKER, Fernando. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BRAGA, W. C. **Autismo: azul e de todas as cores: guia básico para pais e profissionais**. São Paulo: Paulinas, 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm#:~:text=Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 de set. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 24 out. 2017.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CUNHA, M. S. **Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental**. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

CUNHA, Antônio Eugênio. **Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018.

FREIRE, 2021, p. 82-83. Apud. FERREIRA FILHO, V. D. SOBRE A PEDAGOGIA CRIADORA DE PAULO FREIRE. **Educação em Foco**, v. 26, n. Especial 02, p. e26036, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/view/36110>. Acesso em: 27 out. 2022.

GAIATO, Mayra. **S.O.S autismo: guia completo para entender o transtorno do espectro autista**. São Paulo: nVersos, 2018.

GIL, Antº. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antº. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KANNER, Leo. Autistic disturbances of affective contact. **The Nervous Child**, New York, n. 2, p. 217-250, 1943.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Brinquedos e brincadeiras na educação infantil. **SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PESQUISAS ATUAIS**, I, 2010, Belo Horizonte. Anais [...] Belo Horizonte: 2010, p. 1-20 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7155-2-3-brinquedos-brincadeiras-tizuko-morchida/file>. Acesso em: 10 de setembro de 2021.

LIMA P.A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: AVERCAMP, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 27, p. 149-158, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MINETTO, M. F. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. São Paulo: Arnet, 2003.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, o paradigma da próxima década**. Mensagem, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 1998.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VALE, E. A. S.; MONTEIRO, J. H. S.; LIRA, M. V.. **Guia de informações sobre transtorno do espectro autista (TEA)**. Fortaleza: INESP, 2018. 87 p.